O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.6788743

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

BASES DA CULTURA EDUCACIONAL NO BRASIL: COLÔNIA, IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

Diego Fonseca Dantas[1]

Resumo

Este artigo estuda às manifestações educativas que criariam as raízes da nossa conhecidamente precária cultura educacional, não sendo, portanto, nossa intenção reescrever nem tampouco sequer interpretar a história da educação no Brasil. O ponto principal de interesse no presente ensaio se prende à problemática dualidade estrutural da educação entre nós, fator, ao nosso ver, inerente ao conservadorismo brasileiro, de resto determinante do tipo de cultura educacional excludente que carregamos como legado histórico e como desafio a ser superado, e que, sem margem à dúvida, esta precariedade foi inscrita dentro de um caráter de classe, de modo a servir ao projeto das elites e das classes intermediárias em detrimento do subalterno e dos populares. Uma marca do passado à qual o país não consegue, mesmo em seu presente, deixar para trás.

Palavras chave: Brasil. Cultura. Educação. História.

Abstract

This article studies the educational manifestations that would create the roots of our known precarious educational culture, therefore, it is not our intention to rewrite or even interpret the history of education in Brazil. The main point of interest in this essay is related to the problematic structural duality of education between us, a factor, in our view, inherent to Brazilian conservatism, which is a determining factor in the type of exclusive educational culture that we carry as a historical legacy and as a challenge to be overcome , and that, without a doubt, this precariousness was inscribed within a class character, in order to serve the project of the elites and the intermediate classes to the detriment of the subordinate and the popular. A mark of the past that the country is unable to leave, even in its present, behind.

Keywords: Brazil. Culture. Education. History.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, pretendemos mapear pontualmente as primeiras atividades formativas no Brasil. O mapeamento se estende da colônia até fins da década de 1940, marco do surgimento da primeira legislação educacional nacional e da criação das primeiras universidades brasileiras. O objetivo evidente é identificar as manifestações educativas que criariam as raízes da nossa conhecidamente precária *cultura educacional*, não sendo, portanto, nossa intenção reescrever nem tampouco sequer interpretar a história da educação no Brasil.

Nossa proposta, portanto, é entrar numa breve digressão visando dar um arcabouço sociohistórico das manifestações educativas e culturais na colônia e império, para na segunda seção fazer o mesmo no período da Primeira República, para depois, concluirmos com a revisão e crítica de seus efeitos em meio à derrocada da República Velha e o que viria a ser o 'novo' com a Revolução de 30.

[1] Graduado em Administração. Mestre em Ciência Política. Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: diegodantas@id.uff.br

O ponto principal de interesse no presente ensaio se prende à problemática *dualidade estrutural* da educação entre nós, fator, ao nosso ver, inerente ao conservadorismo brasileiro, de resto determinante do tipo de *cultura educacional* excludente que carregamos como legado histórico e como desafio a ser superado, e que, sem margem à dúvida, esta precariedade foi inscrita dentro de um caráter de classe, de modo a servir ao projeto das elites e das classes intermediárias em detrimento do subalterno e dos populares. A educação desde então já era encarada como arena de disputas e da luta de classes. Uma marca do passado à qual o país não consegue, mesmo em seu presente, deixar para trás.

COLÔNIA E IMPÉRIO

As relações sociais estabelecidas pelos ibéricos portugueses nas terras coloniais a partir das primeiras décadas do século XVI, tinham na sua base estrutural a economia escravista e na superestrutura o desprezo pelo trabalho manual. Tal desprezo ao trabalho manual ou artesanal não se remetia apenas à tradição ibérica, mas, sobretudo, por este estar associado ao trabalho envilecido, menor, realizado por escravos como da acumulação da economia açucareira. Nesse sentido, tal como em Portugal, a educação, se desenvolveu no Brasil de forma estruturalmente dualista de modo a assegurar que a não transmissão formal do aprendizado das letras e números se impusesse na forma de um valor cultural a fim de disseminar a ideia da educação como propriedade imaterial de prestígio e de classe, de autoridade e poder. A não transmissão do saber estava reservado à massa de populares, desvalidos da fortuna, e, sobretudo, aos indígenas e negros escravizados, restando a estes, exclusivamente, o trabalho brutalizado (CUNHA, 2005). Já no caso da prole dos senhores de engenho, isto é, da aristocracia agrária, assim como das camadas urbanas, isto é, comerciantes e proprietários de pequenas oficinas o acesso à formação era liberado conforme o desejo do patriarca familiar.

De um modo geral, o legado cultural medieval europeu especificamente alimentado no interior das relações sociais na península ibérica, apreendia os estudos superiores e o interesse intelectual como um "fetiche, ornamental, voltada para o intimismo e ao ecletismo" (COUTINHO, 1990, p. 43). Nas colônias portuguesas de ultramar reproduzia-se a divisão social do trabalho existente no reino, na qual cabia a um pequeno número de membros cultos da aristocracia agrária, em geral eles próprios preparados por religiosos para assumirem o clero ou a tarefa de reproduzir as ideias dominantes da época. Fosse no reino ou nas colônias, a esse pequeno grupo culto e intelectualizado cabia tanto o exercício de atividades burocráticas de escribas e de tabeliões no Estado, como a tutoria dos filhos da nobreza palaciana e dos donatários de terras e seus prepostos. No reino, a um grupo menor ainda de intelectuais burgueses cabia professar no magistério superior. Não se tratava exatamente de uma

atividade econômica autônoma, isto é, de livre escolha dos intelectuais e artistas burgueses, mas, em regra, era uma distinção necessária concedida a determinados indivíduos próximos às ideias religiosas e ao pensamento filosófico da época. Se por um lado a escolha conferia prestígio pessoal a eles, sobretudos aos tutores e educadores, por outro lado os mantinha comprometidos com a reprodução e a expansão das ideias, dos hábitos e dos costumes das classes superiores. Para Coutinho, se tratava de um *relacionamento de favor* cuja principal marca era a consagração de vínculos de dependência pessoal, de resto "um modo de relacionamento autoritário mesmo quando paternalista" (COUTINHO, 1990, p. 44). Mais adiante será necessário retomar esse aspecto da relação entre a nobreza e a burguesia portuguesa. Por ora, procuraremos passar de modo sumário a evolução do ensino no Brasil.

Na medida mesma que a colônia consolidava a estrutura mercantilista e colonial implantada desde Portugal, o aprendizado formal oferecido aos filhos das famílias dos prepostos dos proprietários das terras e donos dos engenhos já em franca produção seguia a mesma orientação da sede do reino. No entanto, de modo a atender às novas exigências estruturais decorrentes do aumento da produção e da população, em 1549 a Coroa daria um passo em direção a ampliação desse quadro ao permitir o início dos trabalhos da Companhia de Jesus. Os jesuítas não tinham como escopo um voluntarismo desinteressado, muito pelo contrário visavam a formação de um homem cristão e de uma sociedade aterrada e aderente ao Estado português. Dessa forma, além da catequese dos indígenas escravizados, o trabalho missionário voltava-se para o ensino de ofícios para a construção de casas, obras urbanas, embarcações e todo tipo de artefato que requeria o desenvolvimento de habilidades manuais, como a carpintaria, a marcenaria e a pintura. Nesse sentido, as missões jesuíticas cumpriam uma dupla finalidade estratégica. De um lado, se tratava de intervir num meio desconhecido a fim de demarcar e legitimar ideologicamente o território da Coroa, e, de outro lado, controlar a exploração econômica das novas terras mediante a cooptação ou a escravização dos nativos.

É importante esclarecer que o contexto histórico em que ficara acordado a presença dos religiosos na colônia era o de reação da Igreja Católica à Reforma Protestante que se disseminava pela Europa, ameaçando não apenas o equilíbrio geopolítico local como ainda o dos territórios ultramarinos. Já em meados do século XVIII, o avanço implacável do modo de produção capitalista se fazia sentir em Portugal, cuja economia, contando com raras indústrias, sucumbia frente a oferta de bens estrangeiros, o declínio das riquezas das colônias e, principalmente, os gastos extraordinários da Coroa e de sua corte. Também contribuindo para acentuar a decadência dos Estados nacionais da península ibérica, a difusão dos ideais libertários dos iluministas alavancaria nessas regiões e em suas colônias movimentos nacionalistas por independência.

Em 1755 o terremoto que destruiu Lisboa, e o atentado à vida do rei José I em 1758, deram ao Marquês de Pombal, então o principal ministro do rei, o pretexto e os poderes para expulsar os jesuítas de Portugal e de suas colônias ultramarinas[2]. Pombal ficaria conhecido pelo grande impulso que deu à educação em seu país, pois reformou a Universidade de Coimbra, o Exército e a Marinha. Reorganizou as finanças do Estado, criou a Imprensa Real e a Escola de Comércio, não obstante, nas colônias, além de proibir as publicações tidas como hostis à Coroa, designou que a administração educacional das antigas missões religiosas se transferisse para o Estado, estabelecendo a oficialidade da língua portuguesa mediante a proibição de idioletos nativos e que as aulas régias fossem ministradas por leigos. Com a morte de José I, em 1777, subiu ao trono a rainha Maria I, uma desafeta do marquês, o que o levou a ser afastado do governo (ALBUQUERQUE, 1981). Atestada como louca, a rainha não duraria muito tempo no poder, sendo este transferido na forma de regência, em 1792, para o seu então filho mais velho, João. Por fim, conhecida como a *Viradeira,* a queda de Pombal impôs a Portugal o retorno à dependência da Inglaterra, entretanto, de um modo geral, muitas conquistas iluministas propagadas no período pombalino foram mantidas por João. Em 1807, Portugal sendo invadido pelas tropas napoleônicas, levou a que o príncipe regente, juntamente com sua mãe e toda a família real, fugissem para o Brasil, aqui aportando em janeiro de 1808.

As primeiras medidas econômicas do príncipe regente já em terras brasileiras tiveram um peso importante para o desenvolvimento do país, sendo a mais conhecida a abertura dos portos ao comércio estrangeiro. Não obstante, a criação de uma escola pública de economia e uma escola de cirurgia, ambas em Salvador, foi decisiva para o início de um processo de mudança no campo educacional. De acordo com Francisco Silveira Lobo Neto (2008), o conjunto de medidas adotadas pelo Príncipe Regente desde então, resultou na criação de uma escola de anatomia vinculada ao Hospital do Exército da Corte, no Rio de Janeiro, também nesta cidade a criação da Academia de Marinha com aulas de "aritmética, geometria, trigonometria e aparelho, princípios de álgebra até equações do segundo grau inclusive, primeiras aplicações delas à aritmética etc.". Para além destas iniciativas, Lobo Neto (2008) observa ainda que o documento que embasa a criação do Curso de Agricultura na Bahia, é por várias razões, é emblemático, "seja porque traz uma argumentada justificativa, seja porque revela o propósito de estabelecer um paradigma com efeito multiplicador, seja, também, por determinar minuciosamente o plano de ação pedagógica" (2008, s/p). Em 1815, elevando a condição do Estado Brasileiro à de Reino Unido a Portugal e Algarves, João unificaria a instrução pública visando formar quadros para a burocracia oficial e para o comércio. Um ano depois, com a morte no Rio de Janeiro da rainha Maria I,

[2] Muito antes de assumir o ministério português de José I, Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, colecionou uma centena de adversários políticos. Era admirador do absolutismo como forma de governo, e nesse sentido incomodava os nobres e o clero porque suas ações reduziam privilégios e seu poder.

foi sagrado rei D. João VI e até a sua partida do Brasil, em 1821, esteve diretamente à frente de inúmeras iniciativas que alavancariam a cultura artística, científica e literária mediante a criação da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, a instauração de tipografias, a ampliação da imprensa e, com a chegada de artistas e mestres de ofício franceses, a criação da Escola Real de Artes e Ofícios permitindo a instalação de indústrias e siderúrgicas para cunhagem de moedas.

Para Sodré (2003), o início da revolução burguesa no Brasil se dá no contexto de ascensão ideológica e política da burguesia do ocidente com o processo de independência:

> Realizada a independência – que só pode ser perfeitamente entendida no amplo quadro de desenvolvimento da revolução burguesa no Ocidente e expansão de seus efeitos na América, abalando a dominação colonial ibérica e impulsionando o rompimento da dominação e do regime de monopólio comercial -, tratava-se, para a classe dominante, de organizar o Estado. Para isso, necessitava, desde logo, de quadros; daí a iniciativa da fundação dos cursos jurídicos e a unilateralidade da formação intelectual desinteressada, compatibilizando-se o conhecimento abstrato, a cultura das letras, com a estrutura social, em que aparecia como prenda (SODRÉ, 2003, p. 49)

Com a independência brasileira e a promulgação de uma Constituição própria, em 1824, ocorreria a permissão para a abertura de escolas particulares, a abertura de cursos jurídicos e contábeis auxiliando a formação de quadros intelectuais a fim de prover o Estado de uma estrutura burocrática. Nesse sentido, do grupo dirigente do imperador faziam parte tanto os elementos da burguesia liberal como alguns poucos elementos letrados da burguesia para atuarem na burocracia de Estado. De toda forma, foram criados os primeiros liceus provinciais, como o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835), o Liceu da Bahia (1836), o Liceu da Paraíba (1836), chegando-se a criação do Colégio Pedro II em 1837 que serviria de modelo e referência para o ensino secundário, em termos de normatização e padronização aos demais. Contudo, a realidade pós-independência parecia contradizer a própria Carta Magna, posto que embora nela estivesse que "A Instrucção primaria, é gratuita a todos os Cidadãos" (BRASIL, 1824, artigo XXXII), um ato adicional de 1834 provocaria a descentralização da responsabilidade da educação primária, induzindo a responsabilidade de sua gestão para as Câmaras municipais, desarticulando rapidamente a conexão entre a instrução primária e a secundária, posto que esta última ficou sob a responsabilidade do Império[3]. Por conseguinte, o dualismo educacional expresso por esta oferta desarticulada, reproduzia, na prática, a dualidade do sistema, pródigo na exclusão dos setores populares da sociedade brasileira[4].

[3] "[...] Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes" (BRASIL, 1824, artigo XXXIII). Na prática o ato adicional significou que a instrução secundária passaria a ser preparatória para os exames de acesso ao ensino superior.

[4] Tal dualismo se acentuaria a partir de 1827 quando ficou determinado que a obrigação pela expansão da oferta pública de ensino ficaria a cargo das províncias.

Se num sentido os primeiros anos da independência brasileira trouxeram pouca inovação e benefícios em relação às antigas práticas coloniais, mantendo-se em grande parte o legado dos costumes cartoriais, da moral e, enfim, do etos senhorial, no sentido contrário, ao postergar o patrimonialismo e a seletividade da educação, o Império brasileiro somente fez acentuar a desigualdade por meio da segregação social. De fato, a mudança no comando da política no país não se fez acompanhar por uma mudança real da condição colonial, permanecendo a elite senhorial a ditar condutas gerais. De acordo com Florestan Fernandes (2006):

> [...] a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro puramente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional [...].
>
> O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação (FERNANDES, 2006, p. 51).

Ainda acompanhando a ideia do sociólogo, o modo como se deu a Independência no Brasil, merece destaque a incongruência entre o rompimento das amarras coloniais do ponto de vista econômico, e a manutenção do *estado jurídico-político* (FERNANDES, 2006). Este foi o motivo, segundo Fernandes, em síntese, que fez com que a revolução fosse solapada por um lado, e cuidadosamente controlada por alguns traços ainda remanescentes dessas amarras coloniais que subsistiam na moral da sociedade ainda influenciada pela classe estamental. A escravidão, a grande exclusão das massas do processo eleitoral e a seletividade da educação denunciam por si só, como o raio de ação foi econômico, ficando um passivo no campo político, ficou restrito ao quinhão para estas elites (com o fenômeno da burocratização das elites estamentais).

Assim, invariavelmente amparada pelo conservadorismo e o reacionarismo das elites, os intermitentes períodos de extrema violência praticados pelo Estado contra a população pobre – em sua maioria miscigenada – e os escravos, deixava patente que a pesada herança de irracionalidade estava longe de ser superada e abolida. Se a persistência da instituição da escravidão, da grande propriedade, da família de valores patriarcais como representação do poder senhorial, além da ausência de iniciativas para incluir as massas populares no processo eleitoral, evidenciava a dificuldade da intenção modernizante da burguesia liberal sobrepujar a resistência da ideologia arcaica ainda hegemônica no país, a práxis social daí resultante exibia o gigantesco abismo existente entre os télos arcaico e moderno nas relações de produção do país, como indicava concretamente que a revolução burguesa estava

cuidadosamente sob controle dos setores mais atrasados da sociedade. Contribuindo fortemente para isso, estava a seletividade da educação e do acesso à cultura.

PRIMEIRA REPÚBLICA

Como decorrência da Guerra do Paraguai (1864-1870), uma inquietação crescente tomaria forma nas Forças Armadas a qual seria agravada pela conjuntura nacional na qual se misturavam a luta abolicionista, as frequentes crises do governo parlamentarista e as demandas das províncias agrárias do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais por um capitalismo ao feitio delas[5]. Internamente, a insatisfação dos militares podia ser traduzida pelo desprestígio que se refletia tanto nos soldos, como nas mudanças de poder relativo as crises que vivia o Império desde 1850. Para Albuquerque,

> Após a Guerra do Paraguai o Exército se reorganizara e profissionalizara. Simultaneamente difundiu-se nos quartéis e na Escola Militar a ideologia republicana na sua interpretação positivista. Estes últimos pretendiam impor ao Estado uma República Militar Autoritária, que lhes dava importante papel como agentes no campo político. Daí a diferença entre a ideologia liberal clássica e as funções que o Positivismo atribuía a este setor do aparelho de Estado (ALBUQUERQUE, 1981, p. 421).

Também Fausto expõe que:

> Depois da Guerra do Paraguai (ou depois da vitória de Caxias nas armas e na política), quando se cria o Clube da Reforma e em 1870 é lançado o Manifesto Republicano, Floriano Peixoto cria em 1871 o Instituto Militar para defender os interesses da corporação (FAUSTO, 2006, p. 33)

Sob influência do positivismo comtiano, a elite do Exército (oficialato) se afastava da Monarquia e voltava-se para as vozes que reivindicavam uma ruptura republicana, e seria esta corrente hegemônica que deflagraria as ações culminantes para a proclamação da república brasileira, em 1889, e a sua primeira carta constitucional, em 1891. Em que pese as disputas travadas contra a corrente liberal republicana, a grande penetração do positivismo nos setores sociais que tinham acesso aos estudos superiores, tornou possível a sua absorção pela oficialidade do Exército se impondo quer como perspectiva cultural como esteio para uma política educacional de base científica. Não por acaso que a primeira Constituição republicana tenha definido a bandeira nacional e o brasão da República segundo a influência do positivismo, além de estabelecer a separação oficial da Igreja e do Estado, ficando à União proibida de financiar atividades educacionais confessionais e ainda sendo retirado do currículo o ensino religioso nas escolas oficiais.

[5] Nessas províncias as relações capitalistas se encontravam bastante desenvolvidas e autonomizadas em torno do eixo agrário-exportador do café. Sobre esse tema ver: FURTADO (2007).

Muito embora hegemônico, e deve-se ponderar que o oficialato não era um grupo homogêneo[6], o ideário positivista compartilhava com o liberalismo de outras correntes de pensamento quanto a necessidade de expandir o capitalismo industrial e enfrentar os interesses regionais tendo à frente o coronelismo das oligarquias. Todavia o preço pago por esse enfrentamento foi alto, resultando na renúncia do primeiro presidente republicano, Deodoro da Fonseca, em 1891. Entretanto não se tratou de uma derrocada *tout court* do positivismo, mas, sim, de uma acomodação aos interesses regionais oligárquicos, prática essa, como sabemos, repetida *ad nausean* na história do país.

A realidade brasileira composta majoritariamente por uma população analfabeta e de baixa escolarização impôs aos constituintes a busca de uma solução visando, segundo a carta de 1891, "animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais" (BALEEIRO, 2012). Apesar desse esforço constitucional, a instabilidade política, econômica e fiscal do país freava o desenvolvimento de uma política educacional minimamente sólida. Marcado por graves tensões entre as facções de civis e de militares que disputavam a hegemonia do novo regime, o país sofreria ainda com revoltas internas em Canudos (1893-1897) e no Contestado (1912-1916).

Na esfera econômica, conforme explica Furtado (2007), de modo a atender as demandas das oligarquias do setor agroexportador de café, o governo se impunha com frequência a desvalorização cambial a fim de aumentar a margem de lucro dos produtores, fato este que provocava uma crescente insatisfação entre os setores das classes médias urbanas, os militares e o setor industrial, que estava em tímida formação[7]. A necessidade de emissão de moeda e o aumento da contratação de empréstimos estrangeiros gerava distorções na economia brasileira na balança de pagamentos. Nesse contexto havia pouco espaço para políticas sociais e de universalização de direitos, visto que havia necessidade de estruturar o Estado do ponto de vista político e econômico fiscal, principalmente na relação de equilíbrio com interesses locais e regionais, principalmente na luta constante pela aquisição de recursos públicos reforçando laços de clientelismo e patrimonialismo (NUNES, 2010). Importante dizer que a exposição acima tem como referência principal o fenômeno do coronelismo, protagonista chave da democracia representativa conforme a constituição de 1891. Feita à medida dos interesses das oligarquias

[6] Alguns setores tinham uma perspectiva autocrática de República, como o Geralíssimo, Deodoro. Com efeito, isto tinha reflexo nas demais políticas de Estado. Outros setores, tinham uma visão mais liberal. Haveria uma luta no início da República, aberta entre a ala positivista militar e a liberal republicana representada nas respectivas chaves: centralização x descentralização (federalismo). Isto explica, por exemplo, os choques na primeira formação de ministério no Governo Provisório e entre o próprio Benjamin Constant e o Marechal Deodoro.

[7] Entre o fim do século XIX e início do XX, grande parte dos itens de consumo das famílias brasileiras eram importados, sendo, evidentemente, afetados pelo câmbio desvalorizado gerando uma pressão inflacionária sobre as classes médias urbanas, militares, estratos médios rurais e setores emergentes da sociedade.

agroexportadoras da época, permitia que o processo eleitoral local conferisse aos chamados *coronéis* proprietários de terras e plantações ditassem suas próprias regras à revelia do Governo Federal[8].

No campo educacional, nosso principal objeto de estudo, entre 1890 e 1901 a principal iniciativa governamental reporta à Reforma Benjamin Constant (1891), de inspiração positivista, e cuja abrangência se resumiu ao Distrito Federal.

A reforma com força de lei delegava à iniciativa privada o exercício do ensino primário e secundário. As escolas de 1ª grau admitiriam alunos de 7 a 13 anos, enquanto as escolas de 2º grau, admitiriam alunos de 13 a 15 anos. Do ensino de 1º grau constava o ensino prático de língua portuguesa, de contar e de calcular, de trabalhos manuais (para os meninos), trabalho de agulha (para as meninas), ginástica e exercícios militares, noções concretas de ciências físicas e história natural, noções práticas de agronomia e claro, instrução moral e cívica. No ensino de 2º grau, as disciplinas em grande medida foram as mesmas, com nível mais aprofundado, acrescido de noções de direito pátrio e de economia política e de elementos da língua francesa. Além disto, houve a preocupação com provimento de pessoal docente através das Escolas Normais para formação deste magistério. Por sua vez, o ensino secundário possuiria sete anos e seria ministrado pelo Colégio Pedro II. Em todo caso, a nosso ver, a lei tinha uma perspectiva normativa procurando dar conta das disciplinas por série e até o conteúdo das mesmas, estimulando o enciclopedismo. A Reforma Benjamin Constant tinha como perspectiva uma orientação mais científica devido a influência do positivismo, e nesse sentido visava romper uma tradição cultural baseada na literatura, não havendo, até 1898, qualquer outra iniciativa de maior importância. Já no Governo do presidente Campos Salles (1898-1902), ocorreria a Reforma Epitácio Pessoa promulgada pelo decreto nº 3.890 de janeiro de 1901 estabelecia a equiparação dos colégios particulares e públicos estaduais. A reforma visava ampliar o espectro de atuação da ideia positivista em educação implantada por Benjamin Constant, e nesse sentido expandia para os demais estados as normas do ensino secundário implantadas no Distrito Federal. Foi uma reforma mais burocrática do que a anterior que era mais conteudista. Epitácio Pessoa buscou fazer uma reforma funcional com o foco na materialização dos ideais da lei de Benjamin Constant às realidades regionais (priorização ao ensino secundário e a seriação), e nesse sentido buscou dar conta da Direção, de pessoal, de departamentos, da polícia acadêmica, dos membros do magistério, dos concursos, em suma, um código (HISTEDBR, 2006).

Entre as iniciativas de expansão do ensino primário e secundário, pensou-se também no ensino profissional. Em 1909 com o decreto 7.566 – o Governo Nilo Peçanha (1909-1910) criou a Escola de Aprendizes Artífices em quase todos os estados. Todavia, em 1918 por meio do Decreto nº 13.064 de 12

[8] O coronelismo foi um fenômeno remanescente do período colonial oriundo das oligarquias proprietárias de grandes latifúndios da colônia. Como a constituição republicana manteve a garantia do voto baseado em noções como cultura e alfabetização e o voto censitário baseado na renda, o coronelismo vicejou para além da colônia.

de junho de 1918 houve a readequação da lei com base na nova realidade do país. 1 ano depois, foi aprovada a criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, com o objetivo de realizar a gestão deste tipo de ensino. Há desde este período o intento em desenvolver a educação profissional, porém, a mesma tinha um viés de assistência social, de regeneração de desvalidos, desamparados e desordeiros por meio do trabalho. A educação profissional era pensada como de caráter preventivo e corretivo contra os desvios sociais. Houve a propulsão da educação profissional na República também pela expansão do processo de industrialização, porém, o seu modelo estava inserido ainda no contexto dual, que a exemplo do Império, era uma escola voltada, portanto, para os pobres e as classes mais baixas, e que também respondia a perspectiva de "segurança" das classes médias, a qual nos referimos. Há, portanto, a reprodução, em outra escala, do dualismo na educação brasileira. Colégios confessionais como o Salesiano como mostra Cunha (2005, p. 47), e demais particulares e colégios oficiais estaduais tinham esta perspectiva de educar as classes mais baixas numa perspectiva de formação para o trabalho. Sobre o avanço deste ensino, falaremos mais adiante.

Entretanto, a despeito das primeiras Reformas, durante o Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), bastante conturbado e com revoltas populares, com praticamente todo o seu mandato sendo exercido sob estado de sítio, tendo que enfrentar às disputas entre Santa Catarina e Paraná entre 1912 e 1916 (Questão do Contestado), e à Sediação do Juazeiro do Norte, em 1914, foi neste contexto que a reforma Epitácio Pessoa foi revogada pela Reforma Rivadavia Corrêa[9], em 1911, no que tange a negar à equiparação dos colégios particulares e estaduais ao Ginásio Nacional, além de negar a validade dos certificados expedidos pelo Colégio há um século. Ela promovia na verdade a total desregulamentação das Reformas anteriores, tendo em vista a não intervenção do Estado em matéria educacional, fazendo com que os admitidos às faculdades o fossem se comprovassem o 'conhecimento' em exames. Extinguiram-se "os exames preparatórios parcelados feitos junto às faculdades que de certa maneira atestavam à qualidade dos estudos secundários" (CPDOC, s. d.).

Em 1915, já no Governo Venceslau Brás (1914-1918), a reforma do Ministro Carlos Maximiliano[10] foi uma lei que neutralizou e revogou alguns dispositivos das reformas anteriores, restaurando por exemplo os exames preparatórios, e reintroduzindo tarefa disciplinadora do Governo Federal na educação (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 129). Temos que

> Os pontos mais importantes desta reforma podem ser assim sintetizados: a) foram restaurados os certificados de conclusão do curso secundário expedidos pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, reconhecidos pelo governo federal; b) foi reinstituída a possível equiparação de outros estabelecimentos de ensino ao Colégio Pedro II, desde que fossem estabelecimentos públicos estaduais; c) foram

[9] Terceira Reforma do Ensino Secundário no período republicano sob o decreto 8.659 – Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental,
[10] Quarta Reforma do Ensino Secundário no período republicano.

> reinstituídos os exames preparatórios parcelados, pelos quais os estudantes não matriculados em escolas oficiais poderiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União; d) foi mantida da reforma anterior apenas a eliminação dos privilégios escolares.

Ainda, no período do Governo de Venceslau Brás houve a criação em 1916 da Liga de Defesa Nacional[11], que foi uma organização nacionalista e positivista que tinha como objetivo à formação da consciência nacional por meio do serviço militar obrigatório e pela necessidade de democratizar o ensino contra o analfabetismo. Observa-se que até a década de 20, ocorreu o período considerado de entusiasmo pedagógico, um momento em que a República já havia se estabilizado muito pela acomodação entre as classes dominantes e os setores emergentes e que se percebia a necessidade de "republicanização da República". Neste momento, se tem mais consciência através dos intelectuais, de Congressos e de inquéritos entre eles o mais famoso, o de Fernando Azevedo (1926), que dão conta da condição de atraso estrutural do quadro da educação brasileira. Neste momento, têm-se a proposta de ideias, planos e programas que visam solucionar pelo alto o problema da educação.

Outro ponto que se precisa levar em conta, uma vez já falado, é a influência das classes médias urbanas, que expandem em monta decorrente da expansão da economia agrária-exportadora, do processo de urbanização e pela industrialização crescente principalmente após a Grande Guerra (1914 - 1918). O aparelho de Estado junto com os serviços públicos e a burocracia civil e militar foram objeto de interesse das classes médias para ascensão social. Há uma junção, embora seja a diversidade na unidade, das antigas camadas médias urbanas como os artesãos, pequenos comerciantes, alfaiates, carpinteiros, sapateiros que se unem agora a 'nova classe média', como advogados, médicos, professores, jornalistas, em que "para muito isso terão contribuído a criação de novas faculdades e a expansão do ensino secundário" (FAUSTO, 2016, p. 22).

Sobre a classe média, como se pode ver na literatura da teoria política, não é uma classe que por si só consegue de forma hegemônica ditar os rumos nacionais ou de tomada de poder, mas, sim, é uma classe arrolada constantemente pelos interesses da classe dominante, e pelas suas facções. Porém, é inegável que ela influi consideravelmente na Primeira República por conta de algo que a separava dos valores da classe que ela almejava um dia ser, a burguesia. A educação era um valor em si para a classe média por conta das possibilidades de mobilidade social e de acesso aos postos do aparelho de Estado e da iniciativa privada, pois era um Estado que estava expandindo a infraestrutura (ferrovia, transportes), assim como os serviços básicos, de educação e saúde, e por conseguinte, atraia grandes polos industriais, grandes empresas e o desenvolvimento de setores do ramo terciário. Não à toa vê-se nesta

[11] No período do Governo Venceslau Brás, a Liga de Defesa Nacional foi fundada em 07 de julho de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 129). Período conturbado de reinvindicações do movimento anarquista e socialista que tem como pano de fundo o crescimento do operariado na organização social brasileira.

classe o fetichismo ao fenômeno do bacharelado. E o peso desta classe no fenômeno do tenentismo, na Revolta da vacina, e na campanha civilista (eleição de Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa). No fim das contas, a classe média sempre teve medo da proletarização, por isso, o furor e a defensiva constante contra movimentos populares, que fugissem ao controle. Dirá Fausto que "o controle das massas populares, sempre presente no discurso tenentista, pode ser aproximado sem dificuldade do temor de proletarização das classes médias" (FAUSTO, 2016, p. 20).

Podemos concluir que o início da primeira República denota uma preocupação com o ensino secundário, e, no que se refere à forma é carente de uma visão unitária e integrada como solução para um país, da complexidade e com o atraso estrutural do Brasil, com leis revogando leis anteriores, realizadas de forma descontinuada e pontual de tal modo que a educação com muita precariedade é vista como política de Estado, e mais, como política do governo de ocasião. No que diz respeito ao conteúdo notamos ainda um dualismo[12], herança da colônia e do Império no que se refere ao modelo de dois tipos de escolas que atendiam a expectativas da massa e de manietá-la longe dos vícios, garantindo à "ordem", e a secundária-superior para o acesso das classes médias que seriam "o progresso". Ao invés de se pensar em uma escola secundária-técnica que unificasse o melhor dos dois mundos, se pensou em um modelo dual que atendia a perspectivas de classe e acomodava os interesses de expansão das escolas particulares leigas e confessionais, sob patrocínio oficial do Estado, pois como afirma Teixeira:

> O Governo Federal continuou a manter um único estabelecimento secundário acadêmico e poucas escolas federais de ensino superior, as quais, sendo gratuitas, representavam a sua contribuição à matrícula democrática no sistema de preparo da elite. Como todo este ensino era altamente seletivo, o aluno pobre que a ele chegava correspondia àquele aluno que, embora não pertencente à classe dominante, possuía as qualidades pessoais necessárias para poder nela se integrar. A maior parte da matrícula se recrutava, na realidade, no ensino particular pago e destinado à classe abastada. O ensino superior, embora gratuito, ficava deste modo realmente assegurado apenas a essa classe (TEIXEIRA, 2011, p. 336).

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A CRISE DAS OLIGARQUIAS

O Governo Epitácio Pessoa (1919 -1922), aquele que foi nome da Reforma educacional no Governo Campos Salles (1898 – 1902) foi contemporâneo de um período de grande agitação cultural e de reinvindicações sociais e de convulsão social, capitaneados tanto por representantes das classes médias como pelas massas agora ideologicamente influenciadas pelos ideais anarquista e socialista.

[12] "O outro sistema, organizado com o propósito de educação reduzida até ao nível médio, sem dar acesso ao ensino superior, confiado anteriormente às províncias e agora aos estados, este é que se desenvolvia e merecia atenção dos governos. Era todo ele gratuito e compreendia a escola primária, escolas vocacionais para o preparo feminino de nível médio e o trabalho qualificado masculino. Não dando acesso ao ensino superior, e, por conseguinte, não oferecendo perigo à classe dominante, constituía ensino a ser estimulado pelos governos, com manifesto tom paternalístico e solerte preocupação pela natureza prática dos currículos, de modo a torná-los insuscetíveis de contribuir a qualquer cultura intelectual, que pudesse despertar ambições em seus alunos" (TEIXEIRA, 2011, p. 336).

Neste diapasão, é que não foi à toa movimentos como a Revolta do Forte de Copacabana (1922), a fundação do primeiro partido de expressão nacional, o Partido Comunista do Brasil e o fenômeno cultural do Modernismo.

> No campo da política, a contestação ao estabelecido, ao dominante, é comandada pelo elemento militar, com os episódios que definem o Tenentismo. [...] são manifestações características do avanço burguês no Brasil [...] é a burguesia buscando apoio, com essas concessões, nas classes inferiores, a pequena burguesia particularmente, onde recruta a vanguarda da renovação, no campo da política como no da cultura, e tanto quanto possível, as classes trabalhadoras que começam a aparecer no palco. Por coincidência, o ano de 1922 assinala a eclosão do Tenentismo, com a revolta do Forte de Copacabana; do Modernismo, com a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; da organização do proletariado (SODRE, 2003, p. 67).

Em 1920, em âmbito federal cria-se através do decreto 14.343 a Universidade do Rio de Janeiro. Em âmbito estadual ocorre a Reforma Sampaio Dória, antípoda do que não se deve ter como reforma educacional, haja visto a pretensão do projeto sob justificativa de se adequar à realidade financeira do Estado de São Paulo de se equalizar à oferta de 231 mil matrículas para atender estritamente um passivo de jovens de 9 a 10 anos a um curso primário de 2 anos exclusivamente alfabetizante. O reformador Sampaio Dória, expoente da Liga Nacionalista de São Paulo fez com que sua reforma servisse de ‘estudo’ e contraprova para a defesa da escola integral que viria florescer no fim da década de 20, com os princípios do escolanovismo. Foi, a nosso ver, uma ‘solução’ incompatível para o Estado mais rico da federação.

Após vários governos, a República da Café com Leite já apresenta desgastes no Governo Arthur Bernardes (1922-1926) eleito pelo Partido Republicano Mineiro que foi exercido sob estado de sítio. No seu governo, em 1925, houve a Reforma João Luís Alves que sob o decreto nº 16.782 A que criou o Departamento Nacional do Ensino e o Conselho Nacional que substituiu o Conselho Superior. Esta lei discorreu também sobre a forma e as bases da União financiar a expansão do ensino primário rural. Em relação ao ensino superior, neste mesmo ano é fundada a Universidade de Minas Gerais. Ainda, durante o Governo Bernardes, dando continuidade ao debate sobre o ensino técnico-profissional, houve um marco em 1924 com a divulgação do Relatório da Comissão Luderitz que após avaliar esta modalidade de ensino em todo país, sugeriu algumas medidas como a industrialização de todas as escolas deste formato sem defender a estrita automanutenção financeira pelos próprios institutos com produtos fabricados pelos mesmos, e, portanto, sem prescindir de custeio federal (CUNHA, 2005, p. 225). Embora não tenha sido aprovado em sua integralidade, o projeto teve algumas recomendações aprovadas. Desta forma, em novembro 1926 o Ministério da Agricultura criou uma portaria que introduziu a industrialização no ensino profissional. Definiu o currículo mínimo para a aprendizagem nas oficinas e houve a criação do Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico para o provimento

financeiro dos alunos mais carentes (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 133). Ainda em maio de 1926, o Presidente Arthur Bernardes através do decreto nº 17.329, fez-se o regulamento para os estabelecimentos do ensino técnico comercial.

Em 1926 deu-se a elaboração de um projeto educacional por Fernando de Azevedo, chamado *o Inquérito*, que baseado em questionários, embora, direcionados a dados diagnósticos do próprio autor da pesquisa, contou com a participação de vários especialistas para tentar dar conta de um diagnóstico estrutural, assim, como soluções para o ensino primário, o normal, o secundário, profissional e o superior. Donde se chegou a alguns consensos: o ensino primário como meio de iniciação ao ensino técnico, através da incorporação de trabalhos manuais como o desenho, a importância de se investir e estruturar com funções industriais e com financiamento público às instituições os cursos técnicos-profissionalizantes, sobretudo o curso técnico de mecânica devido à expansão industrial. E, também, a mensagem da importância dialética da educação como propulsor da democratização das elites com a incorporação de elementos populares a mesma e a formação das elites para prover este movimento (CUNHA, 2005, p. 217). Esta preocupação também era sentida pelas classes populares:

> Quais os padrões dessa educação média existentes no País? Até muito recentemente, em rigor, até 1930, a educação média com preocupação popular era chamada técnico-profissional, compreendendo escolas de ofício, escolas normais, escolas comerciais e escolas agrícolas. A escola chamada secundária – de tipo acadêmico ou pré-acadêmico – não tinha caráter popular, constituindo simples escolas preparatórias ao ensino superior, com um currículo de humanidades ampliado com algumas línguas estrangeiras e ciências (TEIXEIRA, 2011, p. 81)

O sucessor de Bernardes foi o paulista Washington Luis (1926 – 1930), na chapa única de candidatura a Presidente pelo PRP (Partido Republicano Paulista), e o que parecia que seria presságio de tranquilidade, na verdade fez com que várias instabilidades internas e externas o conjurassem como o último presidente da República Velha, já se deparando com a ruína do velho onde já estava se acomodando o novo. Pois, como vimos, a Primeira República viveu crises fiscais, econômicas e políticas, e principalmente os focos de tensão entre as oligarquias estaduais fizeram com que a educação tivesse sempre iniciativas em sua política e em seu planejamento descontinuados, principalmente em se adequar a tempo a uma necessidade de mão de obra qualificada que demandava outro ensino, não mais afeito ao modelo agrário-exportador. Diz Anísio:

> A Nação, após a República, entrou a expandir-se e a quebrar essa estrutura dual, com a emergência da classe média, que se valeu para sua ascensão do sistema estadual público de ensino primário e médio e das modestas oportunidades oferecidas pelos estabelecimentos públicos e gratuitos de ensino acadêmico. O modo pelo qual a nova classe média emergente assenhoreou-se do sistema estadual e acabou por forçar a expansão do ensino acadêmico federal, unificando os dois sistemas, parece-me altamente esclarecedor da natureza das relações entre a sociedade e a educação, mesmo quando essa sociedade seja uma sociedade fechada como a brasileira (TEIXEIRA, 2011, p. 336).

Advindo da crise política e econômica de 1929 que no Brasil, teve implicações políticas por conta da fratura na aliança entre as oligarquias de São Paulo e Minas, quando o então presidente Washington Luis quis manter a hegemonia paulista ao indicar Júlio Prestes para a disputa presidencial de 1930, rompendo com a vez de Minas Gerais no rodízio, que deveria ser então o Governador deste estado, Antônio Carlos de Andrada. Isto, considerando o desgaste da República Café com Leite, fez com que se construísse um consenso em torno candidatura de Vargas onde se formou a *Aliança Liberal*, onde mesmo o então governador do Rio Grande do Sul com apoio de Minas Gerais sendo derrotado eleitoralmente em 1930 por Júlio Prestes, tomaram o poder em 03 de outubro com apoio dos setores militares como o Tenentismo, das camadas médias urbanas e das oligarquias opostas aos setores de São Paulo[13] ligados ao setor agroexportador e ciosos da manutenção da política de valorização de café em vigor desde o governo de Washington Luis. A crise econômica teve reflexos justamente na fuga de capitais e na cultura do café, devido à crise da superprodução e consequente desvalorização de seus preços, impactado pela queda na demanda do exterior e na dificuldade de manter os subsídios dados do governo, por conta da depressão de 1929 em escala mundial. Neste contexto, fica claro a luta entre dois campos opostos, a luta entre facções da burguesia, a agrário-exportadora com apoio da alta classe média; e a burguesia industrial, com apoio das classes médias baixas e do movimento tenentista. Dado que

> As transformações políticas, intimamente ligadas às transformações econômicas ocorridas, também evidenciavam a luta ideológica entre dois grupos sociais da sociedade brasileira. De um lado, a velha aristocracia agrária, que começou a perder sua força política na década de 1910 e foi substituída pelo novo grupo político, a burguesia industrial, tentando voltar ao poder; e de outro lado, a burguesia industrial, recém-ascensionária ao poder (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 144).

E, como numa ironia do destino o presidente que se atribui a uma fala que ficou famosa e que dá tônica na Primeira República, a sentença: *"a questão social é um caso de polícia"* (CERQUEIRA, 1982, p. 59) o que só corrobora com o elitismo da época foi justamente apeado do poder pela nova elite que agora se formava historicamente, qual seja, a burguesia industrial e seus representantes das classes médias urbanas junto com o movimento tenentista. Tal movimento iria dar rumo a um novo tempo e a novas expectativas justamente com aquele que foi seu Ministro da Fazenda, na primeira metade do seu governo, Getúlio Vargas. E iria consolidar de vez, a Revolução Burguesa no Brasil, em outros termos, a despeito de ser uma modernização conservadora.

[13] Mesmo com a derrota de setores oligárquicos de São Paulo, houve tentativa de 'restauração' da sua condição em 1932 com a Revolução Constitucionalista em São Paulo, mas, movimento foi esmagado com cerco do Exército e de forças de segurança sob comando do governo provisório de Getúlio Vargas. Ver FAUSTO, 1997, p. 48.

Por fim, por sua vez, da década de 1920 a 1930, tem-se o que a historiografia da educação convenciona chamar de otimismo pedagógico. Aí, o contexto em si das disputas já não é mais a educação como propulsor apenas do desenvolvimento e da instrução brasileira. E sim, o modelo que se defende é de maior autonomização do aluno e das atividades em sala de aula descolando o processo do professor em si. É a defesa da escola mais atrelada à sociedade, onde o escolanovismo era o cerne da questão. A escola se aproxima mais da sociedade e do mercado de trabalho já em mudança dentro do desenvolvimento do capitalismo. Neste período se dão as reformas estaduais que depois em seu conjunto vão se estruturar em nível nacional após a revolução de 30 com o Governo Vargas. Reformas estaduais como Reforma Sampaio Dória em São Paulo (1920); Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922-1926); Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922); Reforma Góis Calmon na Bahia (1925) e Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927); Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928-1930) e Reforma do Distrito Federal (1928). Algumas leis foram infelizes no seu projeto (Sampaio Dória), mas, ajudaram a criar o contraditório (como na Reforma Lourenço Filho) e a desenvolver a educação sempre nas chaves buscando superar a dicotomia alfabetização x instrução completa primária e secundária; escola primária x integral; escola tradicional x escola nova, isto, é, o debate avançando em termos de modelo, e não de um voluntarismo da educação como no início da República. Porém, ainda sim, nos termos de um dualismo estrutural, como visto, e sob à ótica de uma modernização conservadora. Um país malfadado mais uma vez, com o seu passado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. M. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BALEEIRO, A. **Coleção Constituições brasileiras**, vol. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Acervo digital**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital> . Acesso em: 20/06/2022.

CERQUEIRA, G. **A Questão Social no Brasil**. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Arquivos CPDOC**. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20/06/2022.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005

FAUSTO, B. **A Revolução de 30**. História e Historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira. Estrutura de poder e economia (1889 - 1930)**. Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Instituições (1889 -1930)**. Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas em "História, Sociedade e Educação no Brasil". **Coleção "Navegando pela História da Educação Brasileira"**. Campinas: HISTEDBR/FE/UNICAMP, 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 20/06/2022.

NOGUEIRA, O. **Coleção Constituições brasileiras**, vol. 1. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

NUNES, E. O. **A Gramática Política do Brasil**: Clientelismo, Corporativismo e Insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SHIGUNOV NETO, A. **História da educação brasileira.** São Paulo: Salta, 2015.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 31| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima